

GT3 - MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: PERMANÊNCIA DE MÃES SOLOS
COTISTAS NO ENSINO SUPERIOR:

1. Alaor Silva de Souza - DTCS III Juazeiro
2. Jenifer Oliveira Batista - DEDC I
3. Naiara Felix Cardoso - DLLARTES II
4. Josete Mendes de Jesus -DCH IX Barreiras
5. Luzinete dos Santos Silva - DCH IX Barreiras
6. .Raquel Souza de Jesus Campos V Santo Antonio de Jesus
7. Mara Line Cardozo dos Santos- DCHT XXII Euclides da Cunha
8. Karielle Soares Novais - DCHT XXI Ipiaú.
9. Wilma dos Santos Rodrigues. DEDC Campus XI
10. Letícia Conceição Santos.DEDC CAMPUS XV. Valença
11. Sthefany Souza Castro - DCH VI - Campus Caetité
12. Joana D'arc dos Santos Silva. DCHT XX - Brumado

GT- 3: MATERNIDADE E UNIVERSIDADE

APRESENTAÇÃO

O presente Grupo de Trabalho, nomeado Maternidade e Universidade é composto por diversos discentes dos diversos Departamentos da Universidade do Estado Bahia. Fazem parte deste Grupo mulheres/mães que ao longo de sua graduação enfrentam o mais doloroso dilema: usufruir à maternidade ou buscar um futuro melhor para seus filhos através da educação e formação acadêmica.

Historicamente mulheres travam repetidas batalhas na luta por espaço na sociedade, desde o direito de contribuir na escolha dos governantes, conquistado em 1932, até o direito à equiparação salarial recém-adquirido neste ano.

Nos últimos anos, as mulheres sofreram ataques rotineiros, os quais colocavam em xeque sua capacidade e seus direitos tão arduamente adquiridos; por vezes fomos obrigadas a ouvir na mídia, grupos religiosos e até mesmo de membros do Governo Federal que nós, mulheres, deveríamos limitar nossa atuação a atividades domésticas e de subserviência ao matrimônio, numa clara desconstrução social da figura feminina e suas capacidades e esse cenário se espelha nas universidades. Contudo, desde 1884, quando Rita Lobato ingressou na Universidade de Medicina do Rio de Janeiro, sabíamos que não permitiremos que essa porta fechasse jamais.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no trajeto até o diploma universitário, desde então mulheres têm se destacado em todas as áreas do campo acadêmico.

A Lei 12.711/2012 conhecida como Lei de cotas, garante o acesso às diversidades na universidade, mas, diferente da Lei específica para atuação política de mulheres, não prevê números tão poucas condições para que mulheres permaneçam nas universidades. Mesmo assim, mulheres vem quebrando barreiras e ocupando espaços outrora tidos como masculinos nos mais diversos cursos, utilizando de forma sistemática a Lei de cotas, mas, não por serem mulheres, o acesso se dá por sua raça e/ou pelo quesito socioeconômico.

Nesse ponto podemos concluir que, já desbravaram o caminho até a universidade, agora um novo passo precisa ser dado para que essas mulheres permaneçam e concluam seus cursos, pois continuam mulheres e mães.

Ao longo da história, mulheres são obrigadas a sacrificar suas carreiras e seus sonhos em prol da maternidade e a primeira decisão é abandonar ou simplesmente não iniciar a vida acadêmica, já que as universidades não foram planejadas e não estão preparadas para receber acadêmicas/mães. No planejamento padrão da sociedade e da comunidade acadêmica uma escolha anula imediatamente a outra, pois não se imagina possível a maternidade em paralelo a graduação, e as dificuldades são numerosas, dentre as

principais podemos pontuar:

- A falta de vagas em creches e horários restritos para acolhimento dos filhos de acadêmicos;
- As restrições financeiras que submetem essas a subempregos tendo que escolher entre estudar ou trabalhar;
- A falta de espaços e estrutura no campus para receber as crianças;
- A distância entre o Campus e sua residência inviabiliza que a locomoção sem auxílio financeiro para se deslocar com criança;
- A falta de uma legislação que garanta à mãe acompanhar seu filho em atividades escolar, de saúde, de desenvolvimento sem que sofra as penalidades de frequência e calendário ajustado para realização de atividades avaliativas.

OBJETIVO

O presente documento busca visibilizar e identificar as demandas de discentes mães universitárias que enfrentam dificuldades quanto à permanência acadêmica. Este GT também objetiva incentivar o desenvolvimento de pesquisas e a produção de dados acerca da maternidade para fundamentar a criação de políticas públicas e estudantis favoráveis às questões maternas.

METODOLOGIA

Os trabalhos estão programados para acontecer em dois momentos: inicialmente prevê-se que se estabeleça a apresentação da problemática pouco visibilizada e a escuta dos interessados para que conheçamos as dificuldades enfrentadas pela mães/acadêmicas. A proposta é de levar relatos de mulheres que passaram e passam por essa experiência e as limitações dos campi com relação ao assunto demonstradas através de fotos. (sugestão para que os membros do GT registrem em fotografia possíveis espaços destinados ao acolhimento de mães e crianças em seus respectivos campi). Busca de dados quantitativos, socioeconômicos e étnicos raciais do público alvo.

No segundo momento, dar-se-á construção de projeto com medidas que visem minimizar as dificuldades enfrentadas por essas mães, pleiteando a extensão para as universidades das leis que amparam a mulher/mãe no mercado de trabalho e na sociedade de forma geral, com texto específico a se aplicar para mães acadêmicas.

DIGESTO

O GT3 – Maternidade e Universidade tem feito inúmeras trocas e compartilhamento acerca das realidades vivenciadas por mães estudantes e procura apresentar à Universidade

nossas demandas que são diversas e urgentes, diante de décadas de invisibilidade das mães nos espaços universitários. São elas:

- 1) Ausência de uma estrutura institucional de apoio e acolhida para bebês, crianças e mães/pais/responsáveis, quando precisam levá-los para a universidade, em razão da ausência de creches, férias e greves escolares, doenças, entre outros motivos;
- 2) Fragilidade de dispositivos institucionais voltados para a realidade materna discente que visem à garantia de condições de permanência de mães no ambiente acadêmico, diminuindo a evasão e a desistência destas em razão das dificuldades enfrentadas para conciliar os estudos e as demandas relacionadas ao exercício da maternidade;
- 3) Apoio financeiro e suporte em relação à saúde física e mental, sobretudo por meio de uma política de assistência estudantil que contemple as particularidades da vida estudantil de mulheres mães na universidade.

Entre a estrutura para crianças em todas as fases, pode-se citar:

1. Fraldários com espaço e equipamentos para higiene das crianças.
2. Espaços apropriados para alimentação com equipamentos de preparo e manipulação de alimentos para mães, bebês e crianças, incluindo espaço para amamentação com acomodação em poltronas ou cadeiras próprias para este fim.
3. Criação do Programa Auxílio Creche/escola e brinquedoteca que disponha de monitores quantificados de acordo com a demanda e que atenda aos 24 campus.
4. Garantia de refeição gratuita no Restaurante Universitário para os filhos de estudantes.
5. Suporte no transporte universitário ou vale-transporte quanto ao deslocamento de mães e filhos até à Universidade.

Entre as implicações ao estudo dos responsáveis, estão:

6. Prioridade na matrícula de disciplinas e atividades obrigatórias para conclusão do curso.
7. Prioridade e cotas em seleção para bolsas de pesquisas e extensão.
8. Aumento do tempo máximo de permanência nos cursos.
9. Garantia de ensino remoto e atividades curriculares domiciliares, mesmo após o retorno das aulas presenciais, pois é muito difícil levar crianças para a universidade.
10. Garantia de licença-maternidade também durante a graduação.
11. Possibilidade de realizar trancamento justificado a qualquer momento do semestre.

E entre o apoio financeiro e suporte de saúde física e mental:

12. Ampliação do auxílio-creche e da assistência estudantil para mães.
13. Atendimento prioritário de saúde física e mental.
14. Prioridade e cotas em seleção para bolsas.
15. Criação de um núcleo de apoio às mães.

CONCLUSÕES

Essas são demandas que não são construídas em curto prazo ou no ciclo de vida acadêmica das estudantes, que dura entre 2 a 5 anos. Por isso a importância de instituir de forma permanente um grupo de trabalho representativo de todas as classes – servidores, discentes e docentes – e de todos os campi de forma a construir uma Política específica para mães.

Nas discussões em grupo, também se evidenciou a dificuldade de instituir políticas sem saber o quantitativo de mães, pais e responsáveis, ou seja, o tamanho do impacto do cuidado no estudo. Por essa razão, a ação prioritária desse GT permanente é o levantamento dessa informação e a sua inclusão nos registros da Universidade.

Por se tratar de um tema invisibilizado e pouco falado no contexto universitário, é urgente a sensibilização da comunidade acadêmica em torno do cuidado, bem como a capacitação de servidores para as peculiaridades e interseccionalidades que podem ter esse tema, como o caso de crianças atípicas, negras, indígenas, entre outras, e núcleos familiares de diferentes composições.

REFERÊNCIAS

NOTÍCIAS, Unb. Coletivo de Mães da Unb. Universidade de Brasília, 2016. Publicado em site UnbNotícias em 12 de maio de 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/artigos-main/6541-grupo-de-trabalho-de-maes-da-unb>

NOTÍCIAS, Portal MEC, Publicado em site Ministério da Educação do Brasil, Governo Federal, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>

NOTÍCIAS, SENADO FEDERAL, Agência Senado Publicado em site Senado Notícias, em 14 de julho de 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/14/aprovado-projeto-que-estabelece-cota-para-mulheres-em-eleicoes-proporcionais>